

Lyra vence e assume investigações

Antonio Machado

O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), recuou, ontem, da idéia de criar a Comissão de Sindicância, para complementar as investigações sobre 12 parlamentares listados no relatório final da CPI do Orçamento. A comissão se transformou em órgão de assessoramento ao corregedor-geral, deputado Fernando Lyra (PSB-PE). Com a decisão, Lyra venceu uma guerra de poder nos bastidores travada com o procurador-geral da Câmara, deputado Vital do Rêgo (PDT-PB), que seria o relator-geral da comissão.

A Comissão de Sindicância foi proposta por Inocêncio na segunda-feira. A presidência caberia a Lyra, que rejeitou a idéia, alegando que a comissão não teria poderes de uma CPI para aprofundar as investigações, gerando uma falsa expectativa de mais cassações na Câmara. O deputado teria pouco espaço político na Comissão de Sindicância. Na Comissão Especial da Mesa, o papel central ficou com Lyra. Caberá a ele analisar os documentos da CPI, determinando quatro encaminhamentos, em relação aos parlamentares: Ministério Público, Receita Federal, Comissão de Constituição e Justiça (se houver indícios de quebra de decoro parlamentar) e arquivamento.

Inocêncio e Vital chegaram a anunciar instalação da Comissão de Sindicância para sexta-feira. Na hora do almoço ontem, foi informado pelo presidente da Câmara que tudo havia mudado. Sem função na nova comissão, Vital preferiu usar da ironia: "Fui uma espécie de ventríloquo. Agora, nem existo mais", comentou. Ele lembrou que todos os escândalos da Câmara nesta legislatura foram investigados por comissões de sindicância.

Sigilo — Inocêncio justificou a decisão, afirmando que consultara a assessoria jurídica da Câmara, os membros da mesa diretora e os parlamentares juristas, como Nelson Jobim (PMDB-RS) e Ney Lopes (PFL-RN). O presidente da Câmara alegou ter cometido um erro, quando propôs a instalação da Comissão Especial de Sindicância. Ele disse que se houver necessidade de quebra de sigilo de algum parlamentar citado na lista, o pedido terá que ser encaminhado por ele ao plenário, para aprovação.

Lyra estimou em 15 dias o tempo necessário para concluir os pareceres. A Comissão Especial da Mesa será instalada sexta-feira. Contará com os mesmos relatores-adjuntos, que haviam sido designados para a Comissão de Sindicância: José Thomas Nô (PMDB-AL), José Abrão

(PSDB-SP), Beth Azize (PDT-AM), Benedito Domingos (PPDF), Carlos Kayath (PTB-PA), Prisco Viana (PPR-BA), Ney Lopes (PFL-RN) e Hélio Bicudo (PT-SP). Lyra, que participou da reunião que decidiu pela criação da Comissão Especial, voltou a criticar, ontem, a proposta da sindicância. "Não teríamos como competir com a CPI. O nosso trabalho deve ser de análise de documentos", acentuou. O deputado reagiu, também, à tentativa do PDT de tomar-lhe a corregedoria, sob a justificativa de que o cargo pertence ao partido. Lyra, que era do PDT no início da legislatura, mas se transferiu para o PSB, afirmou que o cargo é dele. "Fui eleito pelo plenário", ressaltou.

O corregedor-geral do Senado e seus três substitutos serão eleitos amanhã pelo plenário. A informação foi prestada pelo presidente do Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que enviou ofício, ontem, ao Tribunal de Contas da União (TCU), solicitando informações sobre auditoria realizada pelo tribunal na entidade ligada ao senador Dario Pereira (PFL-RN), que recebeu subvenções sociais do Orçamento. Dario foi o único senador que o relatório final da CPI solicitou aprofundamento das investigações